

**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE SERGIPE – FANESE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

LUCAS SANTOS OLIVEIRA

CONTABILIDADE INTERNACIONAL E SEU IMPACTO NO ATIVO IMOBILIZADO

**ARACAJU – SE
2017**

LUCAS SANTOS OLIVEIRA

CONTABILIDADE INTERNACIONAL E SEU IMPACTO NO ATIVO IMOBILIZADO

Artigo apresentado à Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe - FANESE, como requisito parcial e Obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Rafael Spacca

Coordenadora: Luciana Matos S. F. Barreto

**ARACAJU – SE
2017**

O48c OLIVEIRA, Lucas Santos.

Contabilidade Internacional e Seu Impacto No Ativo Imobilizado / Lucas Santos Oliveira. Aracaju, 2017. 19 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) – Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe. Coordenação de Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Esp. Rafael Vicente Barletta Spacca

1. IFRS Normas Internacionais e Ativo I. TÍTULO.

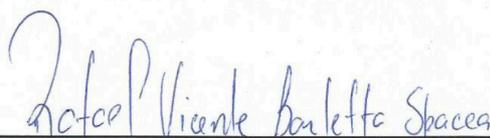
CDU 657.421 (813.7)

Elaborada pela Bibliotecária Lícia de Oliveira – CRB-5/1255

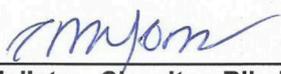
LUCAS SANTOS OLIVEIRA

CONTABILIDADE INTERNACIONAL E SEU IMPACTO NO ATIVO IMOBILIZADO

Artigo apresentado à banca examinadora da Faculdade de Administração e Negócio de Sergipe - FANESE, como requisito parcial e elemento obrigatório para obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.



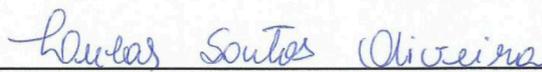
Professor Especialista Rafael Vicente Barletta Spacca
Orientador



Professor Especialista – Cleaylton Ribeiro De Medeiros Gonçalves



Professor Especialista – José Valter De Sá Santos



Acadêmico: Lucas Santos Oliveira

Aprovado (a) com média: 8,7

Aracaju (SE), 02 de dezembro de 2017

Resumo

Com o intuito de melhoria na contabilidade brasileira, em 2010 aderiu a lei 11.638 da adoção da IFRS, no qual veio com bastantes alterações de forma positiva, onde o ativo imobilizado foi impactado com por exemplo o leasing que não podia ser considerado como um bem da empresa, e atualmente ele é contabilizado com um ativo imobilizado. Nessa pesquisa mostra também o valor residual que é retirado da base de cálculo da depreciação do bem, logo o bem é depreciado sem o valor residual, ou seja o valor residual fica como o valor do bem caso seja todo depreciado, este valor é o de venda. Explicando também que a depreciação do ativo imobilizado é calculado através da porcentagem que é definido para cada vida do bem, ou seja 100% do bem, dividido pela quantidade de anos de valorização deste bem, logo chegara a porcentagem de depreciação anual. Ressalto também o ganho ou perda de capital, caso a empresa tenha por algum motivo vendido o bem, pelo preço maior do que o valor que ele esteja valendo na contabilidade atualmente este bem é considerado como ganho, e seria pago o imposto do IR em cima do valor do ganho, caso seja menor será considerado como perda. Desta forma este trabalho apresenta como objetivo geral foi verificar os Impactos causados no ativo imobilizado após a adoção da IFRS pela contabilidade brasileira. O método utilizado foi através da elaboração de pesquisas bibliográficas, procurando descrevê-los, classificá-los, observá-los e qualitativamente apresentando dados que vão gerar interpretação e reflexão.

Palavras chave: IFRS Normas Internacionais e Ativo Imobilizado.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	5
1.1 AREA DE CONHECIMENTO DE PESQUISA.....	5
1.2 Problemática	5
1.3 Objetivo geral.....	5
1.4 Objetivos Específicos	5
1.5 Justificativa	6
1.6 Metodologia.....	6
2 Referencial Teórico.....	6
2.1 Ativo Imobilizado	6
2.1.1 Depreciação	8
2.1.1.2 Valor residual	10
2.1.1.3 Contabilização da depreciação.....	10
2.1.2 Ganho ou perda de capital	11
2.1.3 Arrendamento leasing.....	12
2.2 Surgimento da IFRS e Aplicação no Brasil	12
3 Considerações Finais	14

1. INTRODUÇÃO.

1.1 AREA DE CONHECIMENTO DE PESQUISA

A alteração no ativo imobilizado da lei 6.404 de dezembro de 1976 pela lei 11.638 de 28 de setembro de 2007, onde ocorreu em 2010 esta alteração no Brasil. Nesse contexto, esse trabalho trouxe contabilização do ativo imobilizado após a adoção da IFRS, seus impactos causados e se a adoção foi benéfica, através de casos práticos, foram demonstrados esta implantação.

1.2 Problemática

Esse conjunto de regras serve para que as demonstrações contábeis de empresas e órgãos governamentais de diversos países utilizem a mesma linguagem contábil. Além disso, elas fazem com que essas demonstrações sejam mais transparentes e confiáveis. E relatam fielmente os fatos contábeis, para os interessados das organizações, onde quer que estejam.

Esse padrão de contabilização facilita, também, a compreensão das demonstrações para agentes interessados no aspecto de globalização dos negócios. Isso porque anteriormente diferentes países contavam com procedimentos distintos para a contabilidade de suas empresas. Em alguns casos, a realidade tributária do país poderia dificultar em muito para o entendimento das demonstrações, caso do Brasil. Qual o impacto no ativo imobilizado após a adoção da contabilidade internacional (IFRS)?

Para resposta deste questionamento foram traçados e elaborado os seguintes objetivos.

1.3 Objetivo geral

O objetivo geral é o elemento que resume e apresenta a ideia central do trabalho acadêmico. Ele deve expressar de forma clara qual é a intenção daquele projeto de pesquisa que descreve e delimitar qual será o escopo do trabalho.

Desta forma, o objetivo geral desse trabalho foi verificar os Impactos causados no ativo imobilizado após a adoção da IFRS pela contabilidade brasileira.

1.4 Objetivos Específicos

O objetivo específico apresenta os resultados que se pretende alcançar com a pesquisa de forma mais detalhada. Também busca relacionar mais profundamente o objeto do trabalho e suas particularidades, contribuindo para a delimitação do tema.

- Verificar a adoção da IFRS no ativo imobilizado;

- Identificar as mudanças causadas no ativo imobilizado após a IFRS;
- Analisar se foi viável a adoção da IFRS no ativo imobilizado;
- Sugerir em caso prático a mudança no ativo imobilizado após a adoção da IFRS.

1.5 Justificativa

É um tema que não é muito falado atualmente, mas nós sabemos da importância dele, pois foi ele que fez algumas mudanças muito importante no ativo imobilizado, pois o mesmo altero a depreciação por exemplo que antes era depreciado todo o valor até o do valor residual, com a nova lei o valor residual não é depreciável, o mesmo fica como um valor de mercado, caso a empresa algum dia desejar vendê-lo.

Assim como também as compras em leasing não era computado como imobilizado da empresa, com a IFRS isso mudou a parti do momento que você adquiri um leasing esse imobilizado já é considerado como imobilizado da empresa.

1.6 Metodologia

Para alcance dos objetivos citados acima houve a necessidade de utilizações de métodos científicos no qual foram formulados com base no problema apresentado.

A metodologia é um conjunto de métodos pelos quais se rege uma investigação científica, por exemplo, para esclarecer ou explicar melhor um conceito, o método é o procedimento indicado que determina a realização de determinados objetivos. Então, a metodologia faz previamente o estudo dos métodos para determinar qual é o mais adequado para aplicar ou sistematizar em uma investigação ou trabalho.

Este trabalho tratou-se de uma esporádica, com o objetivo de proporcionar maior familiaridade com o assunto, envolveu levantamento bibliográfico e estudos de caso.

Dos procedimentos técnicos, teve elaboração com base em documentos publicados, livros, artigos, dentre outras formas.

2 Referencial Teórico

2.1 Ativo Imobilizado

Toda empresa, para dar suporte a suas atividades operacionais, precisa ser titular de certos bens e direitos, adquiridos com intenção de mantê-los, pois sem eles não poderá realizar seu objeto social. Logo podemos dizer que o ativo imobilizado, são adquiridos com o propósito de desenvolver atividades da empresa e não para revenda, por isso criou-se o ativo imobilizado.

Os bens de imobilizados mais comum são:

Maquinas e equipamentos, veículos, imóveis, moveis e utensílios, edifícios e terrenos.

Os ativos imobilizados podem ser classificados em tangíveis e intangíveis. Os ativos tangíveis tem substancia física e podem ser subdivididos em: ativos depreciáveis, ativos exauríveis e outros ativos tangíveis. Os ativos intangíveis não tem substancia física e seu valor é definido em função dos direitos ou privilégios que sua propriedade representa para a empresa. Eles podem ser subdivididos em ativos identificáveis e não identificáveis.

Um item do imobilizado deve ser reconhecido como ativo apenas se duas condições forem atendidas: (1) é provável que os benefícios econômicos futuros associados com o item fluirão para a entidade; e (2) o custo do item pode ser determinado de maneira confiável.

Segundo Paulo Viceconti (2016), ativo imobilizado é um conjunto de bens que se destina a manutenção das atividades da empresa, ou que sejam exercida com a mesma finalidade, como por exemplo: Equipamentos hospitalares, Equipamentos de informática entre outras.

Já Clóvis Luís, diz que para ser considerado um imobilizado, o bem tem que ter um durabilidade de vida útil maior que 1 ano, se não é pra ser considerado como custos ou despesa.

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia e da empresa, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a companhia os benefícios, riscos e o controle de tais bens. Exemplo: móveis e utensílios, imóveis, veículos, máquinas e equipamentos, jazidas minerais etc. (Viceconti, pag.92)

Segundo o CPC 27 define-se o Ativo Imobilizado como, é o item tangível que, é mantido para uso da produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos.

A estrutura do ativo também houve uma alteração, pela lei 11.638/07 e 11.941/09, no qual estabeleceram mudanças significativas. Para melhor entendimento segue abaixo demonstrando o comparativo.

Estrutura Inicial: Lei 6.404/76	Estrutura Atual: Lei 11.941/09
1. ATIVO	1. ATIVO
1.1. Ativo Circulante	1.1. Ativo Circulante
1.2. Ativo Realizável a Longo Prazo	1.2. Ativo Não Circulante
1.3. Ativo Permanente	1.2.1. Realizável a Longo Prazo
1.3.1. Investimentos	1.2.2. Investimentos
1.3.2. Imobilizado	1.2.3. Imobilizado
1.3.3. Diferido	1.2.4. Ativo Biológico
	1.2.5. Intangível

Neste contexto, podemos dizer que para ser considerado um bem, devem ser avaliados alguns tópicos, como a durabilidade do bem, a finalidade daquele bem se será para a revenda que neste caso seria um estoque, caso o bem seja de utilidade da empresa, esse bem é considerado imobilizado.

2.1.1 Depreciação

Segundo Paulo Viceconti (2016) depreciação são desgaste ou a perda de produção de um bem tangível ou físico por uso por causa natural, ou por obsolescência tecnológica.

Os custos do ativo imobilizado são alocados por depreciação aos períodos que se beneficiaram do uso do ativo. Independentemente do método de depreciação escolhido, o resultado deve ser a alocação sistemática e racional do valor depreciável do ativo (custo inicial menos valor residual) durante a vida útil esperada deste.

Existem dois tipos de Bens que não depreciam, que são terrenos e Obras de Arte, com o tempo os mesmos aumentam de valor.

Segundo Clóvis Luís (2017)

Caso Prático

Custo de aquisição do bem:.....R\$ 240.000,00,
 Vida útil estimada: 10 anos
 Taxa de depreciação:..... 10% ao ano =100% /10 anos
 Quota de depreciação anual: R\$ 24.000,00 (R\$
 240.000,00 × 10%)
 Quota de depreciação mensal: R\$ 2.000,00 (R\$
 24.000,00 ÷ 12 meses)

No caso prático acima temos o custo de aquisição do bem que é 240.000,00 e aplico os 10% ao ano para que eu possa achar o valor depreciável por ano, que seria $240.000 * 10\% = 24.000,00$ este seria a depreciação do bem anual, caso queira ele mensal, pegaríamos os $24.000,00 / 12 \text{ meses} = 2.000,00$ este seria o valor depreciável do bem mensal.

Nesse método, a quota de depreciação é obtida pela multiplicação de uma fração, variável a cada período, sobre o custo de aquisição do bem (ou sobre o custo de aquisição menos o valor residual do bem, se este último for positivo).

O numerador da fração é o número de períodos que restam da vida útil do bem no início do período de depreciação. O denominador, a soma dos dígitos dos períodos correspondentes à vida útil do bem.

Caso Prático:

Custo de aquisição do bem: R\$ 320.000,00
 Valor residual²: R\$ 20.000,00
 Vida útil: 5 anos
 Base de depreciação:.....R\$ 300.000,00 (R\$ 320.000,00 – R\$
 20.000,00)

No caso prático acima, analisamos a base de cálculo do valor que será depreciável, menos o valor da aquisição do bem, menos o valor residual (no qual será o valor do mercado caso o bem seja todo depreciável e a empresa desejar vender este bem, seria o valor base de venda.), um menos outro achamos a base para o cálculo de depreciação.

O método mais comum para se estimar a depreciação de um bem é estimar o seu tempo de vida útil (ou seja, o tempo em que ele estará

em condições de produção adequadas) e supor que o seu desgaste será proporcional à vida útil. (Viceconti. Pág. 93 editora Saraiva)

Analisamos que, a depreciação dos bens do ativo imobilizado, está correspondente a diminuição do valor dos elementos que estão ali classificados, onde resulte no desgaste físico do bem e, utilizado para fim da empresa.

2.1.1.2 Valor residual

Existem casos em que quando um bem é todo depreciado, ele deve ficar com um valor de revenda no mercado.

Este valor é chamado de valor residual, este valor já é retirado do valor do bem na hora do cálculo da depreciação como por exemplo que irei demonstrar abaixo:

Custo de aquisição do bem	R\$ 300.000,00
Vida útil esperada	10 anos
Valor residual estimado.....	R\$ 20.000,00
Quota de depreciação = $\frac{R\$ 300.000,00 - R\$ 20.000,00}{10 \text{ anos}}$	
Quota de depreciação = R\$	28.000,00 por ano

Neste exemplo vemos que o valor residual é retirado do bem, logo temos o valor do bem menos o residual, que seria o valor a ser depreciado. Não devemos depreciar o bem todo pois em uma possível venda não teríamos valor base, para calcular se a empresa obteve um ganho ou uma perda.

No final do período o bem será avaliado no valor de **R\$ 20.000,00** ou seja este valor é o que chamamos de valor residual.

2.1.1.3 Contabilização da depreciação

Já que a depreciação é uma conta que diminui o valor do ativo, ela será lançada como uma conta redutora do ativo, com a nomenclatura depreciação acumulada. Ou seja, esta conta fica em baixo com o saldo negativo diminuindo do bem no balanço patrimonial.

A contrapartida desta conta de depreciação acumulada é uma conta devedora chamada de depreciação, considerada como uma conta de custo ou despesa.

Exemplo:

D – Depreciação

C – Depreciação Acumulada

Logo abaixo temos o balanço Patrimonial onde observamos, onde está a conta de ativo imobilizado e a depreciação acumulada.

Balanço Patrimonial - 20X1 - Valores em Reais (R\$)			
Ativo		Passivo	
ATIVO CIRCULANTE	2.445.500,00	PASSIVO CIRCULANTE	2.100.000,00
Disponível	531.500,00	Obrigações a Fornecedores	845.000,00
Caixa	1.500,00	Fornecedores Nacionais	430.000,00
Banco Conta Movimento	300.000,00	Fornecedores Estrangeiros	355.000,00
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	230.000,00		
Clientes	505.000,00	Empréstimos e Financiamentos	550.000,00
Duplicatas a Receber	505.000,00	Empréstimos a Pagar	550.000,00
Outros Créditos	35.000,00	Tributos a Recolher	139.000,00
Adiantamentos a Empregados	35.000,00	ICMS a Recolher	139.000,00
Tributos a Recuperar	85.000,00	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	195.500,00
ICMS a Recuperar	85.000,00	Salários a Pagar	30.000,00
Investimentos Temporários a Curto Prazo	100.000,00	INSS a Recolher	8.000,00
Ações de outras empresas	100.000,00	FGTS a Recolher	95.000,00
Estoques	1.189.000,00	Férias a Pagar	2.500,00
Mercadorias para Revenda	650.000,00	Participações e destinações do Lucro Líquido	335.000,00
Matérias-primas	535.500,00	Dividendos a Pagar	335.000,00
Almoarifado	3.500,00	Outras Obrigações	35.500,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	554.500,00	Contas a Pagar	35.500,00
Ativo Imobilizado	475.000,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	300.000,00
Móveis e Utensílios	155.000,00	Capital Social	840.000,00
(-) Depreciação Acumulada de Móveis e Utensílios	-30.000,00	Capital Integralizado	840.000,00
Instalações	600.000,00	Reservas de Capital	60.000,00
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	-250.000,00	Reserva de Correção Monetária do Capital Social	0,00
Intangível	79.500,00	Reservas de Lucros	46.500,00
Fundo de Comércio	125.000,00	Reservas de Lucros a Realizar	13.500,00
(-) Amortização de Fundo de Comércio	-45.500,00		
TOTAL DO ATIVO =====>	3.000.000,00	TOTAL DO PASSIVO =====>	3.000.000,00

2.1.2 Ganho ou perda de capital

A legislação do Imposto de Renda define “Ganhos e Perdas de Capital” como sendo os resultados econômicos oriundos da realização do Ativo Imobilizado, por:

Alienação; desapropriação; baixa por perecimento; extinção; desgaste; obsolescência ou exaustão; e, ainda, liquidação da empresa.

Para definir um ganho de capital a um imobilizado, é necessário que o valor de venda do seu imobilizado seja maior que o valor que o bem está valendo após a depreciação deste bem. Como citado no exemplo abaixo:

Valor de venda do bem: 10.000,00

Valor que o bem está valendo na contabilidade 8.000,00

Ganho de capital de: $10.000,00 - 8.000,00 = \mathbf{2.000,00}$

Com os dados acima calculamos desta forma o valor no qual o bem está sendo vendido no qual é $10.000,00 - 8.000,00$ este valor que é o que o bem está valendo pra contabilidade, ou seja após a aquisição menos a depreciação temos este valor de 8.000,00 na contabilidade no nosso balanço, diminuindo estes valores temos o valor de 2.000,00 que seria o do ganho.

E pra ser considerado uma perda é o valor de venda do bem menor que o valor que o bem está valendo atualmente na contabilidade.

Valor de venda do bem: 8.000,00

Valor que o bem está valendo na contabilidade 10.000,00

Perda de capital de: $8.000,00 - 10.000,00 = \mathbf{(2.000,00)}$

2.1.3 Arrendamento leasing

Segundo o CPC 06 o arrendamento mercantil (Leasing), é considerado como um bem imobilizado da empresa, sendo assim temos que considerar que existem dois tipos de arrendamento: Arrendamento mercantil operacional e arrendamento mercantil financeiro.

Arrendamento mercantil operacional: É um contrato feito em leasing, onde a empresa não tem interesse de ficar com o bem imobilizado, somente um aluguel do mesmo temporariamente.

Arrendamento mercantil financeiro: É o contrato de arrendamento leasing, do imobilizado onde claramente é aquisição do bem, ou seja é a transferência de responsabilidade do bem arrendado. Logo deve ser contabilizado as parcelas o leasing, a valor presente como financiamento.

2.2 Surgimento da IFRS e Aplicação no Brasil

A IFRS surgiu no brasil no dia 28 de dezembro de 2007, através da lei 11.638/07, alterando a lei 6.404, era o início da IFRS no brasil. A partir daí o CPC

começou a emitir vários pronunciamentos, no qual orientava sobre a adoção da mesma.

Tem como objetivo desenvolver de forma geral, um único conjunto de normas para que a demonstrações contábeis seja de alta qualidade, bem executiva e clara com base em princípios com boas definições.

O ano de 2005 foi considerado um grande marco, pois foi quando surgiu através de um esforço de após 30 anos para que pudesse criar as regras de demonstrações contábeis. Em 2008 os estados unidos levaram para suas empresas domesticas, a sugestão de escolher entre as IFRS e os princípios contábeis. Ainda em 2008 a IASB reconheceu as normas da IFRS e as empresas de capital aberto dos Estados Unidos passaram a poder se utilizar das normas da IFRS. Logo para os Estados Unidos foi viável pois o mesmo poderia negociar com países como China e República Tcheca por exemplo, pois ambos teriam acesso a demonstração contábil da mesma língua por exemplo.

O primeiro estágio para adoção da IFRS se iniciou entre 2008 e 2010 onde foi feita uma agitação pois iria surgir implementação e de novas práticas e práticas antigas só que renomeadas.

Conforme Martins et al. (2013), a nova lei trouxe, a partir de 2008, algumas mudanças importantes, como a alteração da estrutura das Demonstrações Contábeis, a inclusão da DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa – como demonstração obrigatória, a criação de uma conta no Patrimônio Líquido para viabilizar a contabilização dos Outros Resultados Abrangentes, entre outras profundas alterações.

Segundo a Revista Contábil, uma das mudanças impactantes foi na maneira de se calcular a depreciação. Antes da referida lei, ela era calculada obedecendo às taxas estabelecidas pelo fisco, e agora, pelas novas regras, as taxas de depreciação utilizadas poderão ser elaboradas de acordo com a vida útil, conforme critérios estabelecidos pela própria empresa, desde que devidamente fundamentadas. Como citada abaixo.

Taxas de Depreciação

Item	% a.a.
Bens Móveis em geral	10

Edifícios e Construções	4
Biblioteca	10
Ferramentas	20
Máquinas e Instalações Industriais	10
Veículos em geral	20
Tratores	25

Logo, na tabela acima demonstra o tempo de vida útil do bem em quantidade de anos que o bem ira demora para depreciar por inteiro.

3 Considerações Finais

Conforme exigido pela Lei no 12.973/14, no momento da adoção inicial o contribuinte deverá evidenciar contabilmente em subcontas patrimoniais os lançamentos contábeis decorrentes das novas práticas de contabilidade no Brasil. Foi verificado que a adoção da IFRS foi trazida para serem feitas algumas alterações.

Uma das mudanças observadas foi a de Valor justo, onde pouco tempo atrás era empregada por várias IFRS sem nenhuma linha de seguimento. Até que em maio de 2011 com a emissão da IFRS 13, mensuração de valor justo com início a parti de janeiro de 2013.

A mesma apresentou uma nova definição de valor justo na qual foram identificados 3 níveis no nível 1, ela diz que como melhores são os preços cotados no mercado ativos para ativos identificados. O segundo melhor, são os diretas ou indiretamente observados em mercados que estão ativos para ativos semelhantes; e por último o uso de inputs que seria não observado, ou seja, deve refletir as premissas que os participantes de mercado utilizariam para que pudesse definir o preço, entretanto correria risco.

Foram identificadas algumas mudanças como, antes da IFRS o ativo da concessão era considerado como ativo imobilizado. Após a IFRS isso mudou sua contabilização agora é feita em um ativo financeiro ou intangível.

Com a IFRIC 18 que se trata do recebimento em transferência de Ativos dos Clientes, onde se foi analisado que foi umas das coisas viável pois envolve contrato no qual o cliente pode fornecer a entidade um item imobilizado, no qual pode ser

utilizado pela entidade, para fornecer um acesso contínuo a um fluxo de bens, ou contratos onde a entidade irá receber caixa do cliente, ressaltando que o montante só poderá ser utilizado para aderir um item imobilizado.

Podemos notar também a viabilidade da adoção da IFRS no ativo imobilizado, com o registro do bem a o valor presente, que foi após umas das alterações bem importantes no imobilizado, logo que não se registrava o bem com o valor devido. Ou seja, a empresa adquiri um bem independentemente se foi a vista ou longo prazo, este bem tem que ser computado com o valor da compra.

Elaboração em caso prático algumas mudanças de como se deve calcular a depreciação de maneiras diferentes segundo a IAS 16.

Método linear: Despesa de depreciação incorrida regularmente ao longo da vida do ativo. A despesa periódica para a depreciação é dada por:

Custo ou outro valor que substitua o custo, menos o valor residual

Vida útil estimada do ativo

Ou seja, iremos pegar quanto custo o bem diminuir pelo valor residual e dividir pela vida útil estimada, desta forma iremos descobrir a despesa decorrente da depreciação durante a vida útil do bem.

Método de depreciação baseado no uso físico real: método de unidades produzidas. A depreciação pode usar como base de depreciação do bem o número de unidades produzidas pelo ativo em um determinado ano. A IAS 16 identifica este como o método de unidades produzidas, mas ele também é conhecido como abordagem da soma das unidades. A técnica se adapta melhor aos ativos, como maquinários, com vida útil esperada cuja melhor definição racional se baseia na sua produção; em períodos de produção reduzida (como uma recessão econômica), o maquinário é menos utilizado, estendendo o número de anos de serviço provável. Um dos méritos desse método é que a despesa de depreciação anual flutua com a contribuição feita pelo ativo no período. Além disso, se a depreciação é agregada ao custo dos produtos acabados, o custo unitário em períodos de produção reduzida seria excessivo e poderia até exceder o valor realizável líquido se o método das unidades produzidas não fosse adotado.

Exemplo:

$$\text{Taxa de depreciação} = \frac{\text{Custo menos valor residual}}{\text{Número estimado de unidades a serem produzidas pelo ativo durante sua vida útil estimada}}$$

Referências bibliográfica

- Brasil escola negócios, <http://portal.blbbrasilescoladenegocios.com.br/contabilidade-internacional/>
- CAVALCANTI, Marcelo. Regulamento fiscal das normas contábeis do IFRS. São Paulo: Atlas 2015.
- Convibra, http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_3268.pdf
- CRC-RO, <https://crc-ro.jusbrasil.com.br/noticias/1625077/cpc-27-como-contabilizar-o-ativo-imobilizado-com-o-ifrs>.
- EUGENIO, celso. Contabilidade Geral 7 edição. São Paulo: Atlas 2011
- Ebah, acessado através <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAe9lwAF/cpc-27-ias-16-ativo-imobilizado>
- MACKENZIE, Bruce. IFRS 2012 interpretação e aplicação. Porto Alegre: KPMG 2012
- Mettzer, <https://blog.mettzer.com/diferenca-entre-objetivo-geral-e-objetivo-especifico/>
Que conceito. <http://queconceito.com.br/metodologia>
- Revista contábil. Acessado <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/2139>
- VICECONTI, Paulo. Contabilidade Básica 17º Edição. São Paulo: Editora Saraiva 2016.
- VICECONTI, Paulo. Contabilidade Avançada 17º Edição. São Paulo: Editora Saraiva 2016.

ABSTRACT

With the aim of improving Brazilian accounting, in 2010 it adhered to Law 11,638 of the adoption of IFRS, in which it came with a lot of positive changes, where the fixed assets were impacted with for example leasing that could not be considered as a property of company, and is currently accounted for with a fixed asset. In this research also shows the residual value that is taken from the basis of depreciation of the good, so the good is depreciated without the residual value, ie the residual value remains as the value of the good if it is all depreciated, this value is the sale. Explaining also that the depreciation of fixed assets is calculated by the percentage that is defined for each life of the asset, that is, 100% of the good, divided by the number of years of valuation of this asset, soon the percentage of annual depreciation will arrive. I also stress the gain or loss of capital, if the company has for some reason sold the good, for the price greater than the value it is currently using in accounting this good is considered as gain, and the IR tax would be paid upon of the value of the gain, if it is lower it will be considered as loss. In this way, this work presents as general objective was to verify the Impacts caused in the fixed assets after the adoption of the IFRS by the Brazilian accounting. The method used was through the elaboration of bibliographical researches, trying to describe them, classify them, observe them and qualitatively presenting data that will generate interpretation and reflection.